

# Relatos de experiências sobre a construção das jornadas de combate ao racismo no ensino superior

## *Experience reports on the construction of days to combat racism in higher education*

Ana Caroline Amorim Oliveira<sup>1</sup>

José Alves Dias<sup>2</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v23i52.969>

**Resumo:** As Jornadas de Combate ao Racismo no Ensino Superior foram organizadas no âmbito da Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior, coordenada pela Cátedra UNESCO Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina/UNTREF. Foram dois eventos, ocorridos em 2020 e 2023, no formato on-line, envolvendo diversas instituições de ensino, docentes, discentes e técnicos comprometidos com a erradicação do racismo. As Jornadas tiveram como consequências a ampliação do debate nas instituições e fora delas, construção de redes acadêmicas com os movimentos sociais buscando o fortalecimento da reflexão sobre o racismo nos espaços institucionais e criação de iniciativas para erradicação do racismo no ensino superior. Tais redes estão dispostas a somar esforços para que haja critérios mais específicos e céleres de punição ao racismo nas universidades. Sendo assim, o presente artigo consiste num relato, crítico e problematizador, do racismo no ambiente acadêmico com base na vivência ocorrida nas Jornadas de Combate ao Racismo no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** racismo; povos indígenas; afrodescendentes; ensino superior; Brasil.

**Abstract:** The Days to Combat Racism in Higher Education were organized within the framework of the Initiative for the Eradication of Racism in Higher Education, coordinated by the UNESCO Chair Higher Education, Indigenous Peoples and Afro-descendants in Latin America/UNTREF. There were two events, held in 2020 and 2023, in the online format, involving various educational institutions, teachers, students and technicians committed to the eradication of racism. The consequences of the Conferences were the broadening of the debate within and outside institutions, the construction of academic networks with social

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

movements seeking to strengthen reflection on racism in institutional spaces and the creation of initiatives to eradicate racism in higher education. Such networks are willing to join forces so that there are more specific and quicker criteria for punishing racism in universities. Therefore, this article consists of a critical and problematizing account of racism in the academic environment based on the experience that took place in the Journeys to Combat Racism in Higher Education.

**Keywords:** racism; indigenous people; afro-descendants; university education; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

As Jornadas de Combate ao Racismo no Ensino Superior foram organizadas no âmbito da Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior, coordenada pela Cátedra UNESCO Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina/UNTREF. Foram dois eventos, ocorridos em 2020 e 2023, no formato *on-line*, envolvendo diversos docentes, discentes e técnicos de diversas instituições de ensino e comprometidas com a erradicação do racismo nas suas respectivas instituições.

A execução das propostas foi precedida de reflexões acerca das formas e dimensões do racismo nos espaços educativos de ensino superior a partir da perspectiva de docentes, discentes, técnicos e demais membros que compunham a equipe. A partir disso, foram selecionadas as mesas e os(as) respectivos(as) convidados(as), os cursos, as rodas de conversas, bem como, os vídeos produzidos pela Cátedra que seriam exibidos durante o evento. As propostas foram bem recebidas e todos(as) se mobilizaram para que fosse possível a I e a II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior: estudantes indígenas e afrodescendentes.

## 2 EXPOSIÇÃO DAS MOTIVAÇÕES

Nas últimas décadas, após a luta organizada dos Movimentos Negros e do Movimento dos Povos Indígenas as pessoas negras e os povos originários conseguiram adentrar de forma coletiva nas instituições de ensino superior no Brasil para atuarem como discentes dos cursos regulares de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos dos setores acadêmicos. Mesmo após dez anos de existência

da chamada Lei de Cotas, Lei n. 12.711 (Brasil, 2012), as pessoas negras e indígenas ainda são a minoria em termos quantitativos nesses espaços apesar do franco crescimento como aponta os dados do INEP (2023). Os efeitos que a presença desses corpos-território como caracteriza Nascimento (2006) e o seu protagonismo, todavia, incomodam a branquitude (Bento, 2022) que compreendem tais espaços como espaços vazios de multiplicidade e diversidade étnica-racial.

O Brasil enquanto um país de base econômica escravocrata, seja pela mão de obra indígena, seja pela mão de obra africana, constituiu leis que impediam os africanos e seus descendentes de estudarem, principalmente, no contexto pós-abolicionista. A primeira lei de educação do país, Lei n. 1 de 14 de janeiro de 1837 (Brasil, 1837), no artigo 3º, § 2º determina que “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Os escravos e os pretos africanos ainda que sejam livres ou libertos”. Em relação aos indígenas a educação religiosa (jesuítica, capuchinha, e outras ordens missionárias) tinha por intento a assimilação da cultura branca em detrimento das culturas nativas através dos aldeamentos<sup>3</sup> religiosos desde o período colonial.

Em contrapartida os filhos de latifundiários foram beneficiados com uma reserva de vagas através da Lei n. 5.465 de 03 de julho de 1968, que reservava de 50% a 80% de vagas nas escolas agrícolas de ensino médio e superior.

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (Brasil, 1968).

Assim, a exclusão normativa e legal, e o racismo institucional, afastaram, ou melhor impediram os descendentes africanos de ocuparem as cadeiras escolares. Duas leis se articulam para manutenção dos povos africanos e seus descendentes na base da pirâmide societária brasileira. A lei n. 601 (Brasil, 1850), conhecida

---

<sup>3</sup> Como afirma Cunha (1992) o aldeamento era uma política de concentração e confinamento que teve início desde o séc. XVI e consistia no ato de aprisionar vários indígenas, seja do mesmo povo, ou de povos diferentes e, confiná-los num sítio de domínio eclesial para ensiná-los a fim de civilizá-los.

como “Lei de terras”, e o Decreto n. 847 (Brasil, 1890), conhecido como a “Lei contra a vadiagem”. A primeira lei determina que a partir daquele momento as terras só podem ser adquiridas via compra e a segunda estabelece que quem não comprovar trabalho e domicílio será preso. De um lado havia a proibição do direito à educação e na outra ponta havia a lei contra a vadiagem e aos “capoeiras” como mecanismo de aprisionar os corpos negros recém libertos.

E em relação aos indígenas, a escola era uma instituição de violência contra os saberes e cultura dos povos nativos com o objetivo de apagamento da sua indianidade. Desde o início, a América portuguesa fecundou em formas diversas de discriminação aos nativos e aos escravizados oriundos do continente africano. Equiparados aos concorrentes franceses e holandeses, a Coroa lusitana e sua aristocracia adjetivaram, de modo pejorativo, quaisquer grupos com características e costumes diversos daqueles conhecidos na Europa.

O Brasil, ainda que na rota das rebeliões emancipatórias do século XIX, constituiu-se num imenso latifúndio no qual predominavam os senhores de engenho e os barões do café, sob intenso tráfico interno de indivíduos escravizados, até que ruísse a monarquia e os resquícios da colonização. Nem mesmo a República que não foi, segundo o historiador José Murilo de Carvalho (1987), ao narrar o ato fictício encenado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, conseguiu inserir as populações afrodescendentes juridicamente alçadas à condição alforriadas no ano anterior e, ainda menos, as populações indígenas massacradas desde o século XVI nos cativeiros e aldeamentos.

Na longa trajetória de cinco séculos é notável como ainda permanecem enraizadas as mais diferentes formas de desqualificação dos indígenas e afrodescendentes no Brasil. Desde a caricatura até a invisibilidade são muitas as veredas do preconceito que afeta, especialmente, a população juvenil. Seguem-se a estas: a criminalização dos movimentos sociais; os conflitos agrários, com imposição da força arbitrária do Estado e dos pistoleiros guardando as costas dos grileiros; o assassinato massivo da população negra e indígena. Aliadas à toda história de perseguição, discriminação, tortura e eliminação física dos afrodescendentes e sobreviventes indígenas existem, ainda, as diferenças regionais forjadas para transparecer, ideologicamente, uma identidade que tem o fito de humilhar os nordestinos, invenção, segundo o historiador Albuquerque Junior (2011), de um

espaço regional que se constrói em oposição hierarquicamente inferior em relação ao, também, inventado sudeste.

A realização das Jornadas de Combate ao Racismo no Ensino Superior, com destaque para estudantes indígenas e afrodescendentes, parte exatamente desse espaço social e geográfico no qual estão inseridas várias universidades federais, estaduais, privadas, institutos de educação superior e escolas técnicas, bem como, uma parte considerável de indivíduos das mais diversas etnias indígenas e quilombolas como aponta o último censo do IBGE (2022).

### **3 A CONSTRUÇÃO DA I JORNADA**

Em 2020, a Cátedra UNESCO *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina*, da *Universidad Nacional de Tres de Febrero*, lançou uma campanha para erradicação do racismo na educação superior de forma virtual. Assim, a pesquisadora profa. Dra. Larissa Lacerda Menendez, líder do GEMAE-Grupo de Estudos em Memória, Arte e Etnicidade, convidou a profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o prof. Dr. José Alves Dias da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a professora indígena Dra. Isabel Teresa Cristina Taukane da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o professor Prof.Dr. Carlos Nássaro Araújo da Paixão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFbaiano), o arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho do Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia do Maranhão e as estudantes de mestrado do Pgcult, Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen e Josely de Sousa Sodré e de graduação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais Flávila Santos, para a submissão de uma proposta com o objetivo de realização de um evento.

O objetivo da chamada era promover ações de combate ao racismo no ensino superior devendo ser um evento *online* que utilizasse os vídeos e materiais da cátedra sobre a temática. Esse critério se justificava em razão de ocupar os espaços virtuais com conteúdo contra o racismo e os discursos de ódio. A chamada não garantia nenhum tipo de financiamento para a execução das mesmas, apenas o apoio e a divulgação em suas plataformas virtuais.

Nesta chamada foram selecionadas propostas de 26 equipes de 6 países que trabalharam de forma colaborativa e em atividades de apoio e aprendizagem

mútuos. A professora, então, reuniu um grupo de professores e alunos e definiu uma programação. Durante algumas reuniões traçaram as metas para o evento e construíram, com muitas dificuldades, o evento virtual que teve 250 inscritos, alcançou divulgação na rádio e na TV universitárias, além de outras emissoras comerciais, e obteve 2.500 visualizações no canal institucional da universidade no *YouTube*<sup>4</sup>. Importante destacar que o evento ocorreu durante a pandemia da COVID-19<sup>5</sup> e suas implicações de isolamento sanitário. Assim, não só evento, mas todo o preparativo ocorreu de forma remota.

A imersão de pessoas de todo o Maranhão, assim como de outros estados como o Pará, Bahia e Mato Grosso, demonstrou que havia uma lacuna nas universidades acerca do conhecimento sobre o racismo e seus efeitos na comunidade acadêmica, e a organização do evento teve essa sensibilidade.

A referida proposta foi aprovada, e, juntas, as referidas instituições promoveram a “I Jornada de Combate ao racismo superior: estudantes indígenas e afrodescendentes”, no período de 21 a 25 de setembro de 2020<sup>6</sup>. (Figura 1)

---

<sup>4</sup> Link do canal e da mesa de abertura da Jornada: <https://www.youtube.com/watch?v=c48eMljtSeQ&t=2s>

<sup>5</sup> Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus (SARS-Cov-2, responsável por causar a doença COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela mesma Organização como uma pandemia e só recentemente, em 05 de maio de 2023, três anos depois dos primeiros casos identificados da doença na China, foi decretado o seu fim. (OMS, 2023).

<sup>6</sup> Todo o evento está disponível no canal do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult da Universidade Federal do Maranhão-UFMA no *link*: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLNswxJfZ7tMURynw4RMAWNcfwoJ1daQTI>.

Figura 1 - Banner da I jornada



Fonte: Sansão Hortalgal, 2020.

No evento, foram realizadas a solenidade de abertura, uma mesa redonda, duas rodas de conversa e duas oficinas. A equipe de execução recebeu apoio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI - Instituto Federal Baiano), do Fórum de Raça e Povos Tradicionais do Território do Sisal, da Rede de Enfrentamento ao Racismo Institucional do Território do Sisal (BAHIA/BR) e da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB, sem o qual teria sido muito difícil alcançar o objetivo. Este apoio das instituições educacionais e dos movimentos sociais organizados dos negros e indígenas demonstram a relevância de se refletir sobre essa temática no âmbito educacional.

A programação do evento foi estruturada em diversos formatos, com a finalidade de interagir com públicos diversos e visibilizar os povos indígenas e comunidades tradicionais nas respectivas instituições de ensino superior. Em vista disso, a solenidade de abertura teve a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isabel Ibarra, Pró-Reitora de Ensino-PROEN da UFMA e a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zilmara de Carvalho, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCult. A presença da então Pró-Reitora de Ensino e a Coordenadora do Pgcult demonstram uma abertura e um comprometimento da instituição na erradicação do racismo na instituição.

A mesa que abordou “Racismo no Ensino Superior: Invisibilidade e Práticas Discriminatórias”, com participação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Caroline Amorim de Oliveira (Presidente da Comissão de verificação de reconhecimento de pertencimento

étnico-indígena/UFMA) e do Prof. Ms. Rosenverck Estrela Santos (Coordenador da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros/UFMA), apontou as questões candentes para as políticas de ações afirmativas, com ingresso e permanência do afro-brasileiro e do indígena na universidade, assim como, os desafios postos aos coordenadores e coordenadoras de cursos e comissões de verificação de autodeclaração.

A roda de conversa “Povos Indígenas e Ensino Superior: Os desafios de uma Educação Intercultural na Universidade”, com participação da antropóloga Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Bezerra (Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMA), demonstrou as potencialidades de uma educação diversificada que acolhe aspectos multiculturais na sua dinâmica acadêmica e que insere essa amplitude na elaboração dos currículos e projetos dos cursos de graduação e pós-graduação.

A oficina “O racismo acadêmico no contexto dos povos indígenas”, ministrada pela pesquisadora e pedagoga indígena Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Taukane e pela artista e pesquisadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Menendez (UFMA), versou sobre a exclusão e o desconhecimento acerca dos povos originários no Brasil. As duas docentes, com experiência em ensino e pesquisa, recortaram o racismo no interior das universidades, especificamente, no tocante aos indígenas.

Uma segunda roda de conversa discutiu sobre “As ações afirmativas e as bancas de aferição dos autodeclarados pretos e pardos nos concursos e seleções de ingresso nas instituições de Ensino Superior” e trouxe como convidadas a Profa. Mestra Ginalva Jesus de Carvalho que narrou sua experiência como coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/Serrinha), também a discente de graduação e agricultora Ana Maria Anunciação da Silva que narrou a sua presença negra no ambiente escolar e como foi difícil romper o preconceito e o medo de assumir sua identidade.

Ainda na segunda roda de conversa, o militante Antônio Pereira Lima Sobrinho refletiu sobre as atividades dos fóruns e das redes de enfrentamento ao racismo institucional no território Sisal e as pautas negras associadas à luta pela terra. Na mesma ocasião, o Prof. Dr. Carlos Nássaro (IFBaiano) fez destaques sobre o racismo e a educação superior na América Latina, a partir do ensaio de Daniel Mato (2019) e da presença indígena e afrodescendente na educação superior, conforme Wagner Roberto do Amaral (2019).



A oficina: “Discriminação Racial: Incidências no Ensino Superior e possibilidades de erradicação” foi ministrada por Alana Cristina, pelos professores Henrique França e Luiz Abreu, e comentada pela mestrandia Maria Alice Pires Van Deursen (Pgcult/UFMA). A última mesa “Estratégias de Combate ao Racismo Contra Indígenas e Afrodescendentes no Ensino Superior” iniciou com Arão Guajajara, vereador e liderança indígena no Maranhão; logo em seguida, participou a mestrandia Francylia Benedita Mendes Sousa (PGCult/UFMA).

Na referida oficina, o professor Antônio Henrique França Costa (2020)<sup>7</sup>, com vasta experiência em educação e diversidade étnico-racial, fez questão de mencionar que “[...] eu sou Ogã e nós sermos de Ogã, sermos de terreiro e sermos professores universitários é, realmente, uma luta diária” e acrescentou que o racismo é intenso e cotidiano “[...] porque só quem é preto, é de terreiro e está na universidade, sabe o que nós passamos diariamente”.

Durante uma semana, as intervenções demonstraram as diversas formas de racismo no ensino superior e os enormes desafios para a sua erradicação. Percebe-se que núcleos de estudos, fóruns de debates, políticas de cotas e inclusão para indígenas e afrodescendentes são condutas e práticas, definitivamente, necessárias para romper com o ciclo de violência contra pessoas que buscam pertencer à universidade e ocupar todos os seus espaços. Contudo, ainda persistem as idiosincrasias do colonialismo europeu que espalham desconhecimento e segregação onde deveria haver acolhimento e solidariedade.

O docente Carlos Benedito Rodrigues da Silva, que atua, também, como presidente do Centro de Estudos do Caribe no Brasil e coordenador geral da Associação Maranhense de Pesquisas Afro-Brasileiras, fez a seguinte afirmação:

[...] a gente não tem uma lei de *apartheid* no Brasil, mas tem, na prática, uma segregação racial que é violenta e que exclui a população negra da participação nos setores de decisão dos destinos do país e que continua reproduzindo privilégios [...]<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Fala proferida por Antônio Henrique França Costa no dia 4 da I JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR, realizada de 21 a 25 de setembro de 2020 pela PGCult UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRsGhdbV6sA&list=PLNswxJfZ7tMURynw4RMAWNcfwOJ1daQTl&index=3>. Acesso em: 11 ago. 2023.

<sup>8</sup> Fala proferida por Carlos Benedito Rodrigues da Silva na II JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES, realizada de 14 a

Na apresentação dos resultados, durante a mostra de ações do Grupo de Trabalho composto por Brasil, México, Argentina e Colômbia, a equipe da I Jornada teve a mesma impressão, a partir dos depoimentos oriundos de outros países da América Latina. Por isso, deve-se considerar os efeitos nocivos da colonização para manutenção da diversidade étnica global, tais quais suas formas perversas de depredação das riquezas universais.

As instituições de nível superior, compreendendo aquelas que fazem ensino e/ou pesquisa e extensão, são excludentes desde as suas origens. Suas estruturas organizacionais, seus projetos pedagógicos, as limitações de acesso e seus ritos e celebrações são restritos a um grupo social específico que domina uma linguagem muito peculiar e não pretende ampliar seus horizontes. Aldear a universidade e aquilombá-la é transformar as universidades e institutos de ensino em instituições capazes de acolher os indígenas e quilombolas, bem como, repensar a produção do conhecimento, dos currículos e de suas formas de reprodução para o capital.

Como encaminhamento, em vista do exposto, foi elaborada uma Carta Aberta e, também, definiu-se pela continuidade do debate, num segundo momento, para ampliar o espaço geográfico e o tempo de conversa sobre o racismo nas instituições de ensino superior no Brasil. A pedido da Cátedra foi realizado um vídeo com os participantes da jornada (discentes e docentes) falando sobre a importância da atividade para combater o racismo e suas diferentes facetas no ensino superior, assim como, as atividades que realizaram durante a mesma<sup>9</sup>. Todos destacaram a importância da jornada para ampliação do debate e do enfrentamento contra o racismo que tem como alvo indígenas e pessoas negras, no ensino superior público brasileiro.

#### **4 RESULTADOS ALCANÇADOS**

Na mostra das ações, evidenciou-se a I Jornada como uma oportunidade de reunir pessoas interessadas em falar sobre o racismo; e, de fato, foram algumas horas dedicadas a ouvir sobre as inúmeras formas de agressão sofridas por

---

16 de setembro de 2022 pela PGCult UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qeyejegET1M>. Acesso em: 11 ago. 2023.

<sup>9</sup> O vídeo está disponível na página da cátedra e no canal do YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=32XlnNmE8I>. Acesso em: 11 ago. 2023.

negros e indígenas na universidade. Fatos graves e criminosos foram relatados, e as pessoas foram acolhidas com palavras de incentivo e coragem, principalmente, por não estarem sozinhas.

Na sua avaliação, ainda durante o evento, Antônio Henrique França Costa (2020) ponderou: “[...] quando nós trazemos à pauta as temáticas referentes a esse racismo praticado contra os estudantes indígenas e afrodescendentes é uma ação muito bem-vinda”<sup>10</sup>. Essa observação foi reiterada por todas as pessoas participantes.

A apresentação de textos e vídeos produzidos pelo grupo de trabalho *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina* foi relevante, também, para verificar que as mesmas experiências de racismo são vividas em outros países da América Latina configurando a importância da iniciativa no Sul Global.

## **5 A CONSTRUÇÃO DA II JORNADA**

A organização da II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior mobilizou muitas pessoas integrantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/BRASIL) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/BRASIL). Além disso, participaram do evento docentes e discentes de vários estados do Brasil, tais como: Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará, além de pessoas de fora do Brasil, a exemplo de Angola, na África. O evento ainda contou com lideranças e representações dos povos Krenak, Ka’apor e Kurâ-Bakairi, de artista indígena, além de coordenadores da Licenciatura Intercultural da Educação Básica Indígena (UEMA/BRASIL) e de movimentos sociais quilombolas na Bahia/Brasil.

A equipe de execução da II Jornada foi constituída pela Prof. Dra. Ana Caroline A. Oliveira, antropóloga, coordenadora do Grupo de Pesquisas Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política (GAEP) e membro de outros coletivos de estudos e pesquisas sobre os povos indígenas no Maranhão. Com a experiência adquirida, ela pode sistematizar as sugestões acolhidas de todas as pessoas do grupo e organizá-las em ações para a realização do evento.

---

<sup>10</sup> Fala proferida por Antônio Henrique França Costa no dia 4 da I JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR, realizada de 21 a 25 de setembro de 2020 pela PGCult UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRsGhdbV6sA&list=PLNswxJfZ7tMURyw4RMAWNcfwOJ1daQTI&index=3>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Já o professor José Alves Dias, graduado em História, mestre e doutor em História Social, coordenador do Laboratório “Estado e Conflitos Sociais no Brasil (LAPECS)” e de outros grupos com a mesma afinidade, organizou, em conjunto com estudantes bolsistas, a divulgação, a aplicação dos recursos e a elaboração dos relatórios. A discente Vanderlúcia da Silva Santos, graduanda em História, pela UESB, atuou como bolsista e participou de uma das rodas de conversa com o depoimento sobre a experiência de uma mulher negra no ensino superior. De modo semelhante, Juciane Oliveira Silva, graduanda em História, também pela UESB, foi bolsista e articuladora entre os discentes para divulgar a programação. Cibele Nunes Cabral, pedagoga e mestranda do Programa Interdisciplinar em Cultura e Sociedade-Pgcult da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, apoiou a divulgação do evento e participou das ações, tal qual Paula Tayane Costa Silva, advogada e mestranda do PGCult/ UFMA.

A II Jornada teve como objetivo continuar e ampliar os debates sobre o racismo nas universidades convidando outras instituições, outros povos e comunidades tradicionais, bem como, outro país, a Angola, a fim de construir um diálogo mais diverso e representativo. Em virtude disso, foram desenvolvidas um conjunto de ações articuladas e em diálogo com a II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior.

Assim, a II Jornada foi articulada com o projeto de extensão coordenado pelo docente José Alves Dias da UESB intitulado "Entre armas e tambores: aspectos históricos, etnográficos e artísticos dos conflitos sociais no Brasil" que compunha-se de quatro ações integradas: a) Encontro de Memórias; b) Mesa Temática “Desafios e perspectivas de resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil”; c) Colóquio Temático "Entre armas e tambores: aspectos históricos, etnográficos e artísticos dos conflitos sociais no Brasil"; d) Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior: Estudantes Indígenas e Afrodescendentes.

Concomitante à realização da Jornada, foi realizado um minicurso, ministrado pelas professoras Ana Caroline Amorim Oliveira (UFMA), Larissa Lacerda Menendez (UFMA) e pelo professor Rogério Luiz Silva de Oliveira (UESB), para discentes dos cursos de Cinema e História, da UESB, cujo tema foi a produção audiovisual em comunidades tradicionais no Brasil, fomentando o respeito e a autonomia das populações originárias no tocante às pesquisas acadêmicas. O preconceito e o

racismo manifestam-se, muitas vezes, no desconhecimento das características do território onde se localizam as aldeias e os quilombos, assim como na arrogância de pesquisadores(as) que ignoram os saberes e as tradições seculares.

Ainda no âmbito desse debate, o encontro de memórias, realizado no território da Fazenda Batalha, do Ribeirão dos Paneleiros e da Lagoa do Arroz, no distrito de José Gonçalves, distante 12 quilômetros do município de Vitória da Conquista- Ba, aproximou as equipes das jornadas de experiências muito ricas com as mulheres afro-indígenas paneleiras que, inclusive, participaram de eventos em outras ocasiões.

O protagonismo dos indígenas e dos afrodescendentes na UESB para tratar de suas demandas e expressar suas insatisfações com o racismo foi marcante, também, na mesa temática, com a presença de Ludimila Krenak, assistida por um público, presencial e *on-line*, constituído de jovens estudantes do ensino médio, mulheres paneleiras mongoió, professores, graduandos e pós-graduandos da Instituição.

Por fim, a II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior, composta de duas mesas de debates e três rodas de conversa, incluiu a exibição de vídeos produzidos pela Cátedra Unesco, com relatos de estudantes indígenas e negros sobre o tema do racismo institucional, foi desenvolvida no formato virtual, entre os dias 14 e 16 de setembro de 2022, e transmitida nos canais do Youtube.<sup>11</sup> (Figura 2)

---

<sup>11</sup> Toda a programação da II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino Superior pode ser encontrada no Canal <https://www.youtube.com/@PGCultUFMA> e <https://www.youtube.com/@UesbEventosVirtuais>

Figura 2 - Banner da II Jornada

**14 a 16 de setembro de 2022**

**II JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR:  
ESTUDANTES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES**

Inscrições pelo e-mail:  
lapecs.uesb@gmail.com

ou no QR Code

exibições de vídeos

mesas

rodas de conversa

Transmissão ao vivo no Youtube:  
PGCult/UFMA e UESB EVENTOS VIRTUAIS

Logos: UESB, UNTEF, PROEX, PPGTMS, PGCult

Fonte: Produzia por José Alves Dias, Juciane Oliveira Silva, Vanderlucia da Silva Santos, Ana Caroline Amorim Oliveira. Arte final: Juciane Oliveira Silva (acervo pessoal)

Nas rodas de conversa predominaram as descrições de preconceito e racismo comuns nas salas de aulas, nos espaços de recreação, no transporte coletivo e em vários outros espaços e situações cotidianas. As pessoas negras relataram ofensas a suas indumentárias religiosas, à textura dos cabelos e demais características fenotípicas que os diferenciam dos brancos e indígenas. Os indígenas relataram menosprezo por suas ancestralidades, desconhecimento sobre a sua diversidade e ignorância a respeito de sua inserção no ambiente urbano e tecnológico. Foram relatos intensos e emocionantes sobre corpos e vivências que sofrem com o ódio alheio. Como afirma Daniel Mato (2021, p.41, tradução nossa):

Nos sistemas e instituições o racismo é uma ideologia, segundo a qual, os seres humanos são classificáveis em raças, algumas das quais são superiores a outras. Esta ideologia esteve na base do colonialismo europeu, mas também dos novos Estados republicanos que dele resultaram e que a reproduziram através de políticas e práticas racistas. Os sistemas e instituições educativas (incluindo o ensino superior) também contribuíram para a reprodução e

naturalização do racismo, e continuam a fazê-lo, embora provavelmente de formas que a maioria dos seus constituintes desconhece.<sup>12</sup>

Por tantas razões, os indígenas buscam, incessantemente, o seu protagonismo, inclusive, os Ka'apor que participaram da II Jornada e organizaram seu próprio filme para falar de si. Dirigido pelo sociólogo e antropólogo Alessandro Ricardo Campos, com o roteiro de Fernando Ka'apor, Diquixim Ka'apor, Ximí Ka'apor e Valdir Ka'apor, e a edição de Moyses Cavalcante, “Katu – Somos Ka'apor” (2019) expressa a coragem dos povos indígenas, mesmo com as adversidades, e foi premiado no Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife.

Durante a roda de conversa “Educação, sustentabilidade e proteção territorial”, da qual participaram o historiador e artista indígena Gilvandro Oliveira e o professor e doutorando em Memória Oliveira Adão Miguel (ISCED-HUILA/Angola), cacique Iracadju Ka'apor (presidente da Associação Ka'apor/MA), falou-se sobre os desafios de manter a integridade dos rios e da floresta que estão localizados na Terra Indígena Alto Turiaçu e são distribuídos por oito municípios do Maranhão.

Logo na mesa de abertura, os pronunciamentos da Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera, Pró-Reitora de Ensino (UFMA), da Profa. Dra. Adriana Amorim - Pró-Reitora de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas (PROAPA/UESB), do Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha (CCH/UFMA), do Prof. Dr. Flavio Luiz de Castro Freitas (Coordenador do PGCult/UFMA) e da Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Coordenadora do PPGMLS/UESB) demonstraram o envolvimento das instituições no compromisso com a erradicação do racismo no ensino superior.

A mesa “Desafios e perspectivas de resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil”, composta pelo Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA), pela Profa. Dra. Isabel Taukane (UFPA) e pela Profa. Dra. Núbia Regina Moreira (UESB), propôs reflexões muito profundas sobre as causas do racismo e sua predominância histórica. Na condição de docentes indígena, negro

---

<sup>12</sup> “Los sistemas e instituciones El racismo es una ideología según la cual los seres humanos seríamos clasificables en razas, algunas de las cuales serían superiores a otras. Esta ideología sirvió de sustento al colonialismo europeo, pero también a los nuevos Estados republicanos que se constituyeron a partir de ella y la reprodujeron a través de políticas y prácticas racistas. educativas (incluyendo los de educación superior) también han contribuido a la reproducción y naturalización del racismo, y continúan haciéndolo, aunque seguramente de maneras no conscientes para la mayor parte de sus integrantes”.

e negra, expressaram sua indignação, mas apontaram caminhos oriundos de suas pesquisas e militância contra o racismo.

Para Núbia Regina Moreira “[...] é muito interessante como a nossa presença dentro das universidades vai tensionar as estruturas do conhecimento[...]”. A professora, negra e militante de movimentos sociais destacou que:

[...] essa luta só entra a partir dos corpos negros, a partir dos corpos indígenas, ela só entra a partir de figuras que, mesmo não se constituindo como pesquisadores do campo das relações raciais, se sentem impelidos a tensionar essa universidade.<sup>13</sup>

As experiências e as perspectivas dos discentes na universidade teve espaço, também, na roda de conversa da qual participaram Vanderlúcia da Silva Santos (Graduanda/UESB) e Marizana Dias Santos do Nascimento (Graduada em Letras/UESB e professora) que se posicionaram como mulheres negras inseridas no universo acadêmico. Desafios, aliás, que bem desenvolveram a Profa. Ludimila Krenak, o Prof. Ângelo Kaimbé e a Profa. Dra. Marivânia Leonor Souza Furtado (Coordenadora do Curso de Licenciatura Intercultural da Educação Básica Indígena – LIEBI/UEMA) na roda de conversa acerca da formação e da prática docente em terras indígenas e quilombolas.

A discriminação, em suas diversas formas, foi muito reiterada por Ludimila Krenak, ao desabafar da seguinte forma:

[...] a minha vida na escola foi muito difícil, muito difícil, por muitas vezes eu pensava eu desistir [...] como criança eu sofria bullying, sofria é com as famílias dos posseiros pensarem que a gente tomou a terra, porque não conheciam a verdadeira história do nosso território, do nosso povo [...].<sup>14</sup>

O racismo, estruturado nas instituições, tornou ainda mais difícil a convivência de uma criança indígena com seus pares na escola, causando, também, uma reação positiva e determinada. E sua exposição na roda de conversa ela frisou que:

---

<sup>13</sup> Fala proferida por Núbia Regina Moreira na II JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES, realizada de 14 a 16 de setembro de 2022 pela PGCult UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qeyejegET1M>. Acesso em: 11 ago. 2023.

<sup>14</sup> Fala proferida por Ludimila Krenak na II JORNADA DE COMBATE AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDANTES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES, realizada de 14 a 16 de setembro de 2022 pela PGCult UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qeyejegET1M>. Acesso em: 11 ago. 2023.



[...] eu via, também, os professores, meus professores da época, apoiarem os meus colegas, o que me fazia me sentir muito revoltada, porque eu achava que eram eles que deveriam me proteger e como professores eram minhas referências de conhecimento, eu pensava que eles deveriam explicar [...] eu ali, em volta de todos os meus colegas, tentando explicar e não tendo voz, eu pensava que eram eles [os professores] que deveriam e não acontecia, porque muitos deles, também, eram parentes de posseiros [...] e foi então que eu me vi assim [...] eu tenho que fazer diferente, eu vou me tornar professora e vou fazer diferente, vou ter voz, eu queria ter voz e mostrar para todos a verdadeira história, contar a verdadeira história, para as pessoas não ficarem com tamanha ignorância e, com isso, fazer o meu todo povo sofrer preconceitos.

A visão colonizadora transpareceu, de forma bastante acentuada, no ensino superior, quando Ludimila Krenak afirmou que:

[...] na universidade eu era apagada, eles não me davam muita voz, não queriam saber de nada, me tratavam com indiferença [...] eles tinham muita visão que índio é barraqueiro, índio é bravo, e eles ficavam muito com muito receio de mim, de ir contra o que eu pensava, de ter uma opinião contrária [...] porque a índia é muito brava. [...] a gente tem essa visão do indígena bravo por conta dessas lutas, porque lá atrás, se não mostrássemos resistência, se não fôssemos contra os colonizadores, teríamos sido dizimados, porque olha quantos povos indígenas foram dizimados e ainda lutando [...] tanto então ficou essa imagem de bravo.

A mesa de encerramento “Estratégias de Combate ao Racismo Contra Indígenas e Afrodescendentes no Ensino Superior”, composta pela Profa. Dra. Daisy Damasceno Araújo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA/Coelho Neto) e pela Profa. Dra. Larissa Lacerda Menendez (UFMA), teve como perspectiva propor alternativas para a erradicação do racismo, a partir das experiências das docentes como pesquisadoras, em diferentes contextos.

Ao final, consolidou-se um amplo painel de debates sobre o racismo no ensino superior, envolvendo muitas experiências, considerando a relevância do tema e a multiplicidade das visões sobre o preconceito étnico-racial na universidade, nos institutos e nas escolas.

## 6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante a II Jornada, foram, ao todo, 90 pessoas inscritas, e a transmissão *on-line* nos canais do *Youtube* já obtiveram mais de 600 visualizações. Além disso, os vídeos foram replicados várias vezes em perfis do Instagram dos participantes e das instituições envolvidas.

Muitas pessoas que participaram da II Jornada criaram redes de apoio e se fortaleceram para buscar, nos espaços institucionais, iniciativas para erradicação do racismo e estão dispostas a somar esforços para que haja critérios mais específicos e céleres de punição ao racismo nas universidades.

A experiência docente de Ludimila Krenak revela como as instituições podem ser transformadas em espaços inclusivos e adequados para a erradicação do racismo. Ela detalha que:

[...] na escola que eu trabalho, a 12 km aqui da aldeia, temos aproximadamente 60 alunos indígenas que estudam nessa escola, somente na minha sala são 7 indígenas, e a escola hoje está bem intercultural, a direção do colégio que eu trabalho sempre trabalha a questão indígena, sempre leva lideranças pra falar com os alunos, trazem na aldeia [...] sempre nossos alunos indígenas estão se apresentando, sempre estamos reforçando o ato da cultura, mesmo sendo numa escola que está fora do nosso território, não deixamos a cultura de lado. [...] porque a maior preocupação das nossas lideranças são as nossas crianças saírem da aldeia para estudar e lá elas se distanciarem da nossa cultura, dos nossos costumes, porque era isso que acontecia antes [...].

Para concluir, destacamos o sentimento coletivo, percebido por Ângelo Kaimbé, outro docente indígena que participou das rodas de conversas:

[...] Do meu ponto de vista, eu acho que é inadmissível é a população brasileira não busque informar-se sobre os povos em originários, sobre esse processo de massacre e de opressão, tanto dos povos indígenas, quanto dos povos africanos escravizados [...] e nós estamos aqui para que essa informação chegue [...] e cada vez mais a gente precisa que esses espaços sejam ampliados e que seja dado acesso a mais pessoas [...].

A II Jornada de Combate ao racismo no Ensino Superior cumpriu, portanto, o objetivo reunir experiências presentes e memórias de docentes e discentes negros e indígenas, assim como, torna-las públicas pelos meios digitais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de construir duas jornadas de combate ao racismo no ensino superior proporcionada pela Cátedra Unesco possibilitou aprofundar o debate sobre o racismo no estado do Maranhão, um dos estados com maior número de quilombos e de povos indígenas conforme o último censo do IBGE (2022), e da região Nordeste, que, também, possui a grande maioria populacional de negros e indígenas. Fazer esses debates e reflexões no formato *online* aldeando e aquilombando as redes sociais das instituições e grupos de pesquisa possibilitou ampliar o conhecimento que anteriormente ficava entre as quatro paredes das universidades e institutos de ensino.

Os participantes das duas jornadas através de seus relatos nos mostram que esses espaços de reflexão sobre o tema do racismo são importantes porque provocam uma reflexão sobre algo que é vivido e experienciado no cotidiano e que não pode ser mais naturalizado. A realização das duas jornadas convoca a universidade a se posicionar ativamente no combate ao racismo no ensino superior. É ainda um caminho que está sendo trilhado.

Ao final de duas jornadas de combate ao racismo no ensino superior, não é possível considerar que ele possa ser facilmente erradicado ou que nossos esforços tenham convencido discentes e docentes a viverem em um ambiente escolar e de trabalho que não afete, com o racismo tóxico, toda a comunidade. Entretanto, há sementes plantadas em solo muito profundo e algumas dessas flores já estão perfumando instituições com seus adereços coloridos, sua sabedoria incomparável e, acima de tudo, conquistando os espaços outrora reduzidos a poucos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2011.

AMARAL, Wagner Roberto do. A presença indígena e afrodescendente interroga a educação superior e possibilita o enfrentamento ao racismo! *Colección Apuntes*, Buenos Aires, n. 4, p. 33-9, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. *Lei n. 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades

federais e nas instituições federais de ensino técnico médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.465, de 3 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20preenchimento%20de%20vagas%20nos%20estabelecimentos%20de%20ensino%20agr%C3%ADcola>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 847*, de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. [volume Fasc. X- Publicação Original]. Brasília, DF: Coleção de Leis do Brasil, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. *Lei n. 601*, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=Art.,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=Art.,Art). Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. *Decreto de 1 de janeiro de 1837*. Marca o ordenado de 400\$000 rs. annuaes para todas as cadeiras de primeiras letras do Municipio da Côrte, que tiverem menor vencimento. [volume 1, pt. II- Publicação Original]. Brasília, DF: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1837

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Censo Demográfico 2022 - Indígenas- Primeiros Resultados. *Sidra – IBGE*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-indigenas>: Acesso em: 1 ago, 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. Áreas de Atuação- Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais- Censo da Educação Superior- Resultados. *INEP*, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 maio 2023.

KATU - Somos Ka'apor. Direção: Alessandro Ricardo Pinto Campos. Produção: Visagem. Maranhão; Belém: Alessandro Campos, 2019. 1 vídeo (51 min), *homemade*, color. Disponível em: <https://youtu.be/m2-QJmhEgDg>. Acesso em: 10 maio 2023.

MATO, Daniel. Racismo y Educación Superior en América Latina. *ESAL - Revista de Educación Superior en América Latina*, Barranquilla, n. 9, enero/junio, 2021. Disponível em: <https://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/esal/article/view/14109>. Acesso em: 3 abr. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Corpo/mapa de um país longínquo - Intelecto, memória e corporeidade. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. RATTTS, Alex (Org.). São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

### **Sobre os autores:**

**Ana Caroline Amorim Oliveira:** Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCult da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. **E-mail:** oliveira.ana@ufma.br, **Orcid:** 0000-0002-9337-6335

**José Alves Dias:** Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Titular do Departamento de História, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **E-mail:** jose.dias@uesb.edu.br, **Orcid:** 0000-0003-2236-9354

Recebido em: 14/05/2023

Aprovado para publicação em: 31/01/2024

